

上訴案第 213/2025 號

日期：2025 年 4 月 30 日

- 主題：
- 附加刑
 - 刑罰的效果
 - 犯罪的後果
 - 司法保留
 - 罪過原則
 - 適度原則
 - 法官的權利-義務
 - 上訴法院的介入
 - 附加刑的並罰條件

摘 要

1. 任何刑罰均不具有喪失民事權利、職業權利或政治權利的必然效力（《刑法典》第六十條第一款）。
2. 對於某些犯罪，法律得規定禁止行使某些權利或從事某些職業。而《道路交通法》第九十四條以限定性的方式規定了因犯罪而被禁止駕駛的“後果”。也就是說，雖然，附加刑具有非自動的刑罰效力的特點，它不當然因刑罰的判處而產生其效力（efeitos da pena，*《刑法典》第 60 條第一款*），*《刑法典》第 60 條第 2 款*的規定也僅僅是特定罪行的後果（efeito do crime）。
3. 我們的刑法始終採納不單在特別法（如《道路交通法》）中規定，在一般的刑法也規定這項附加刑屬於真正的刑罰¹，一種與行為人的犯罪事實以及罪過不可分，並必須在具體個案中，始終在遵守司法保留原則、與罪過程度相一致原則以及適度原則之下，予以決定附加刑的判處。
4. 這也同樣適用於在判處輕微違反的情況下所判處的附加刑。

¹ 迪亞斯教授上引著作第 181 頁。

5. 一方面，判處附加刑屬於法官的權力和義務，正如《刑法典》第 40 條及第 65 條所確立了量刑的標準那樣，不但賦予法院在法定刑幅內的司法自由決定權，也強制法院在確定具體刑罰的時候，必須在法律所定的限度內為之，並按照行為人的罪過及預防犯罪的要求，充分考慮所有對行為人有利或不利的情節。另一方面，對於在這種情況下所選判的刑罰，上訴法院的介入也僅僅限於原審法院的量刑存在明顯罪刑不相一致以及刑罰不合適的情況。
6. 無論由犯罪還是由輕微違反所產生的禁止駕駛，均可以按照第 160/2021 號終審法院所確定的“對在犯罪競合或輕微違反競合的情況下所科處的多項《道路交通法》所規定的禁止駕駛機動車輛的附加刑應進行法律併合”的統一司法見解作出決定。
7. 上訴人因酒後駕駛並不遵守停車義務的行為，分別於初級法院的第 CR5-23-0050-PCT 號的輕微違反案件中受審其不遵守停車義務的輕微違反行為以及在本案中受審其醉酒駕駛行為。
8. 雖然，上訴人在輕微違反案件被判處的禁止駕駛附加刑已經執行完畢，與本案(醉酒駕駛罪)被判處的禁止駕駛附加刑根據《刑法典》第 71 條或者第 72 條的規定沒有並罰的條件，但是，可以在本案判刑的時候，在量刑是予以適當地考慮減輕刑罰。

裁判書製作人

上訴案第 213/2025 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院起訴並提交初級法院以合議庭普通訴訟程序審理嫌犯 A 為直接正犯，以既遂方式觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」，並建議根據同款規定，對嫌犯科處禁止駕駛附加刑。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR1-24-0059-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

- 嫌犯 A 以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯了第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」，判處三個月徒刑，該徒刑得以相同日數(90 日)的罰金代替，罰金的日額為澳門幣 120 日，即合共罰金澳門幣 10,800 元，若不繳交罰金，則須服被判處的徒刑。
- 另外，判處禁止嫌犯駕駛為期一年六個月，且嫌犯須於判決確定日起計的五日內將其駕駛執照交予治安警察局以便執行該禁止駕駛的決定。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起了上訴。²

² 其葡文內容如下：

-
1. O presente recurso vem interposto do douto acórdão proferido pelo Tribunal recorrido que condenou o Arguido, ora recorrente, pela prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de condução em estado de embriaguez p. p. pelo art.º 90º, nº 1 da Lei do Trânsito Rodoviário (adiante designada por LTR), na pena de 3 meses de prisão substituída por multa de 90 dias à razão de MOP120.00 por dia, no total de MOP 10,800.00, e ainda na pena acessória de inibição de condução pelo período de 1 ano e 6 meses.
 2. A decisão judicial acima descrita não colhe a aquiescência do ora recorrente na parte em que o condenou na pena acessória de inibição de condução pelo período de 1 ano e 6 meses, pugnando o recorrente que a medida desta pena é excessiva em face do circunstancialismo fáctico que foi dado como provado nestes autos.
 3. A mesma decisão judicial não tomou ainda em consideração a pena acessória da mesma natureza que o mesmo foi condenado no processo contravencional registado sob o nº CR5-23-0050-PCT que correu os seus termos no 5º Juízo Criminal desse Tribunal.
 4. Impugna assim o ora recorrente a medida da pena acessória que lhe foi aplicada nestes autos considerando que a mesma é excessiva em face do quadro fáctico que foi dado como provado, designadamente a confissão do arguido, o arrependimento deste e o quadro social, familiar e profissional em que o mesmo se integra.
 5. Como o Tribunal recorrido reconheceu expressamente na sua decisão, o Arguido confessou, de forma livre, espontânea, integral e sem quaisquer reservas, a prática do referido crime de que vinha acusado e de que acabou por ser condenado, assumindo assim as suas responsabilidades e contribuindo assim decisivamente para a descoberta da verdade material nestes autos.
 6. Sendo de realçar que essa confissão foi logo admitida pelo Arguido em sede de declarações na Polícia de Segurança Pública (cfr. fls. 7 e 93 dos autos), na contestação por si apresentada nestes autos e ainda em sede de julgamento.
 7. Acresce que o Arguido mostrou-se sinceramente arrependido dos actos que cometeu, tendo inclusivamente, numa fase inicial, reparado parcialmente os danos de natureza patrimonial que provocou ao Ofendidos, B, no valor total de MOP154,439.00.
 8. Vindo mais tarde a pagar os montantes de MOP585,276.36 e de MOP170,000.00 a favor daquele Ofendido, a título de danos patrimoniais e de danos não patrimoniais.
 9. Estamos assim perante a existência de actos demonstrativos de sincero arrependimento do Arguido, designadamente através da reparação dos danos que foram por si causados, tendo inclusivamente o Arguido que vender um imóvel de que era proprietário em conjunto com a sua mulher para suportar aqueles pagamentos.
 10. Tal como ficou provado, o Arguido ficou especialmente afectado pelas consequências dos factos por si praticados como se demonstra pelas várias mensagens que enviou ao Ofendido, manifestando sincero arrependimento e muita preocupação com a sua situação clínica.
 11. Também ficou provada a situação familiar do Arguido, estando casado e tendo a seu cargo a sua filha menor e os seus pais.
 12. Como reconhece a sentença recorrida, militam ainda a favor do Arguido a sua situação pessoal, social, familiar e profissional e a sua plena integração na sociedade, estando desse ponto de vista totalmente inserido, sendo uma pessoa de bem e de elevada idoneidade moral.
 13. Em face do exposto, a pena acessória de inibição de condução aplicada ao Arguido afigura-se manifestamente exagerada face à factualidade comprovada nos presentes autos.
 14. O Tribunal a quo não tomou em atenção o quadro fáctico dado como assente, particularmente as condições pessoais do Arguido e a sua situação económica e sobretudo a sua conduta anterior ao facto e a posterior a este, especialmente na parte em que este reparou, na medida do possível, as consequências do crime aqui em causa, nos termos prescritos no artigo 65º do CP.

-
15. Pelo que o Arguido vem pugnar que, em face daquelas circunstâncias, deve o mesmo ser condenado, pela prática do crime em causa (crime de condução em estado de embriaguez), p.p. pelo art.º 90º, nº 1 da LTR, numa pena acessória de inibição de condução por período não superior a 1 ano e 1 mês.
 16. Não o tendo feito, o Tribunal recorrido, salvo o devido respeito, não fez nessa medida a interpretação e a aplicação mais correcta e adequada do disposto no artigo 65º do CP, em conjugação com o disposto no art.º 90º, nº 1 da LTR, violando a decisão recorrida estes preceitos legais.
 17. No processo contravencional nº CR5-23-0050-PCT que correu termos no 5º Juízo Criminal desse Tribunal, o recorrente foi condenado na pena de inibição de condução pelo período de 5 meses pela violação do dever de parar imposta pelo sinal de paragem obrigatória (“STOP”) existente no local.
 18. Ora, essa infração refere-se precisamente ao mesmo acidente de viação, i.e., aos mesmos factos de que o Arguido vinha acusado nestes autos (cfr., em particular, artigos 2º, 3º e 6º da Acusação) e que o próprio confessou em ambos os processos.
 19. Chegados aqui, coloca-se a questão de saber se, in casu, em que há um concurso de um crime (Condução em estado de embriaguez) e de uma contravenção (Desrespeito pela obrigação de paragem), respeitantes aos mesmos factos em análise nestes autos, a que foram aplicadas em diferentes processos penas acessórias de inibição de condução ao Arguido, a pena única deve resultar do cúmulo jurídico, ou do cúmulo material, dessas penas parcelares.
 20. Ou seja, se as penas acessórias de inibição de condução a que o Ofendido foi condenado em ambos os processos, ou seja, nestes autos e no referido processo contravencional, estão sujeitas, ou não, a cúmulo jurídico.
 21. Esta questão ficou definitivamente resolvida com a prolação do Acórdão de Fixação de Jurisprudência proferido pelo Tribunal de Última Instância (Proc. nº 160/2021), de 27 de Abril de 2022, em que foi decidido, nos termos do art.º 427º do CPP, fixar a seguinte jurisprudência obrigatória para os tribunais da RAEM: “As penas acessórias de inibição de condução de veículos a motor previstas na Lei do Trânsito Rodoviário e aplicadas em sede de concurso de crimes ou contravenções estão sujeitas a cúmulo jurídico.”
 22. Em suma, a tese que fez vencimento neste acórdão, estribada em reputada Doutrina, pugna assim que deve ser aplicada uma pena única com referência a essas penas acessórias parcelares, segundo as regras plasmadas no CPP quanto ao cúmulo jurídico.
 23. Com efeito, o TUI concluiu, e bem, que, enquanto verdadeiras penas com função adjuvante das penas principais, não podem as penas acessórias deixar de ter o mesmo tratamento das penas principais, aplicando-se as regras do cúmulo jurídico previstas no art.º 71º do CP para as penas principais.
 24. Não se afigura existir assim qualquer obstáculo ao cúmulo jurídico das penas acessórias de inibição de condução, independentemente da sua aplicação pela prática de crimes ou contravenções.
 25. Sendo a regra o regime penal do cúmulo jurídico das penas e não se encontrando na Lei do Trânsito Rodoviário nenhuma norma a excluir o cúmulo jurídico das penas de inibição de condução, impondo a acumulação material das mesmas penas, é de proceder ao cúmulo jurídico das penas acessórias no caso de concurso.
 26. Pelo que a decisão ora recorrida deve assim ser revista, fixando-se, de igual modo, a pena única resultante do cúmulo jurídico das penas acessórias de inibição de condução que foram concretamente aplicadas ao Arguido nos dois processos em causa.
 27. Como vimos, o Arguido foi condenado na pena acessória única de inibição de condução por 5 meses nos autos de contravenção registados sob o nº CR5-23-0050-PCT e, por outro lado, foi condenado ainda na pena acessória de inibição de condução por 1 ano e 6 meses nestes autos,

檢察院就上訴人的上訴作出了答覆：

經分析原審法院合議庭判決書及審查卷宗內的所有事實及證據，檢察院對上訴人之上訴及理由不表贊同。

一、關於附加刑的量刑是否過重的問題

1. 參照澳門《刑法典》第 40 條及第 60 條所規定的刑罰之目的、量刑的原則及應考慮的情節因素，檢察院認為原審判決在對上訴人確定刑罰及量刑時並沒有違反任何法律規範，不存在適用法律方面的瑕疵。
2. 尤其是經審視判決書可知，原審法院在量刑時確已全面考慮及衡量了上訴人所犯罪案的具體事實及相關的情節因素，充分考慮了對上訴人有利及不利的情節，在被上訴的判決中清楚地指出了量

com referência ao mesmo acidente de viação, pugnando o ora recorrente, como vimos, que, quanto a esta pena acessória, deve ser-lhe aplicada uma pena acessória de inibição de condução por um período não superior a 1 ano e 1 mês.

28. Seguindo as regras do cúmulo jurídico previstas nos nºs 1 e 2 do art.º 71º do CP, deve o Tribunal considerar, em conjunto, os factos apurados no caso concreto e a personalidade do agente.
29. Com efeito, estabelece o art. 71º, nº 1 do CP que o concurso é punido com uma pena única, em cuja medida são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente, sendo que o nº 2 daquele preceito legal acrescenta que a pena única aplicável tem como limite máximo a soma das penas parcelares e como limite mínimo a mais elevada das penas parcelares.
30. Ora, julgamos que, neste caso, a pena acessória conjunta deve ser igual à pena acessória que acima se propôs com referência aos presentes autos tomando em conta que, ao fim ao cabo, se tratam dos mesmos factos reportados ao acidente de viação ora em apreço e tomando ainda em consideração todos os factos e todas as circunstâncias acima descritos, designadamente a personalidade do Arguido, a confissão e o arrependimento sincero com a reparação integral dos danos causados.
31. Termos em que se afigura ajustado a adequado que seja aplicada ao Arguido uma pena acessória única de inibição de condução por um período de 1 anos e 1 mês.

Termos em que se requer a V. Exas. se dignem considerar procedente o presente recurso, revogando a decisão recorrida na parte em que condenou o Arguido, ora recorrente, pela prática, em autoria material e na forma consumada, por um crime de condução em estado de embriaguez p. p. pelo artº 90º, nº 1 da LTR, na pena acessória de inibição de condução pelo período de 1 ano e 6 meses, substituindo-a por uma pena acessória da mesma natureza por período não superior a 1 ano e 1 mês.

Termos em que se requer ainda a V. Exas. se dignem aplicar ao Arguido uma pena acessória única de inibição de condução por um período de 1 ano e 1 mês relativamente às duas penas parcelares a que o mesmo Arguido foi condenado nos termos supra expostos.

刑的依據及具體情節的考量。

3. 考慮到醉酒駕駛的犯罪在本澳時有發生，因此在一般預防方面應有必要予以提高。至於特別預防方面，雖然上訴人為初犯，自願承認被指控的犯罪事實及已對被害人作出損害賠償，然而，上訴人的犯罪故意程度高，其行為已導致他人身體嚴重受傷，因此針對上訴人的特別預防的需求亦須相對提高。
4. 根據《道路交通法》第 90 條第 1 款之規定，醉酒駕駛罪可被科處最高 1 年徒刑及禁止駕駛 1 年至 3 年，而原審法庭對上訴人觸犯該罪判處 3 個月徒刑（該徒刑得以相同日數 [90 日] 的罰金代替，罰金的日額為澳門幣 120 元，即合共罰金澳門幣 10,800 元）及禁止駕駛 1 年 6 個月。
5. 由此可見，就禁止駕駛之附加刑而言，原審判決所判定的「禁止駕駛 1 年 6 個月」正處於法定刑幅（1 年至 3 年）的中間位置，應屬量刑適中。而審查本案的相關事實及情節可知，上訴人因醉酒駕駛及沒有遵守“STOP”之強制停車信號而駕車駛出道路交匯處，從而與被害人所駕駛之重刑電單車相撞，並因此造成被害人身體完整性遭受嚴重傷害。
6. 雖然上訴人所觸犯之「重過失嚴重傷害身體完整性罪」因被害人得到損害賠償而原諒上訴人及於庭審中撤訴獲原審法庭批准而歸檔，但該等事實及因醉酒駕駛而造成嚴重後果之情節因素亦屬須予考慮的量刑情節。
7. 顯然，綜合本案之所有事實及情節，尤其考慮到上訴人因醉酒駕駛所造成之嚴重後果及罪過程度，檢察院認為，原審法院判定上訴人「禁止駕駛 1 年 6 個月」之附加刑之量刑，無論是在犯罪之一般預防還是特別預防方面，都應該說是適度及適當的，並不過重，符合澳門《刑法典》第 40 條及 65 條的規定，不存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定的“適用法律”之瑕疵。

二、關於附加刑之刑罰競合的問題

8. 上訴人指出，其曾因不遵守強制停車標誌（STOP 符號）而被第

CR5-23-0050-PCT 號輕微違反案判處 5 個月禁止駕駛的附加刑，且其在本案所觸犯的醉酒駕駛罪正屬於該輕微違反案的同一宗交通事故，故認為被上訴判決應根據《刑法典》第 71 條第 1 款及第 2 款之規定將兩案的附加刑進行刑罰競合。

9. 對於以上上訴理由，檢察院不予認同。這是因為澳門《刑法典》第 72 條第 1 款規定了“犯罪競合之嗣後知悉”之前提：「如在判刑確定後，但在有關之刑罰服完前，或在刑罰之時效完成或刑罰消滅前，證明行為人在判刑前曾實施另一犯罪或數罪，則適用上條之規則。」
10. 以上所述的犯罪競合之前提，除了取決於嗣後才知悉行為人曾於判刑前在其他案件實施犯罪行為外，還取決於有關刑罰仍具備執行之可能性。一旦有關刑罰已執行完畢，或時效已屆滿，又或刑罰因其他原因而被消滅，則不符合與前案所判處的刑罰進行刑罰競合之條件。
11. 翻閱卷宗第 314 頁可見，上訴人在答辯狀中表明其已被第 CR5-23-0050-PCT 號輕微違反案判刑，同時提交了有關判決通知書。
12. 根據有關通知書顯示，該輕微違反案於 2023 年 3 月 24 日判處上訴人 5 個月禁止駕駛的附加刑，當時上訴人已獲司法文員告知該判決未轉為確定，庭審紀錄副本可於該日起 5 日內往相應程序科索閱，如不服該判決，可自紀錄副本提供之翌日起計 20 日內（直至 2023 年 4 月 27 日），通過向初級法院提交上訴狀向中級法院提起上訴，但必須委託辯護人代理參與訴訟。倘若於上指期間，具正當性的人士沒有提出上訴，則判決將於 2023 年 4 月 28 日零時零分起轉為確定（參見卷宗第 356 及 357 頁）。
13. 然而，上訴人從未提及已針對第 CR5-23-0050-PCT 號輕微違反案之判決提出上訴，換言之，該輕微違反案之判決應已於 2023 年 4 月 28 日轉為確定。
14. 根據《道路交通法》第 143 條第 1 款之規定，判罰禁止駕駛的判決轉為確定後產生效力，即使駕駛員仍未將駕駛執照或該文件送

交治安警察局亦然。易言之，上述輕微違反案所判處的禁止駕駛之期間應為 2023 年 4 月 28 日至 2023 年 9 月 28 日，亦即有關刑罰應已被執行完畢。

15. 由於沒有文件資料或證據資料顯示第 CR5-23-0050-PCT 號輕微違反案所判處的附加刑仍具備執行條件，也就不符合《刑法典》第 72 條第 1 款所規定的“犯罪競合之嗣後知悉”的前提。
16. 因此，檢察院認為，原審法院合議庭之判決未有進行刑罰競合沒有違反《刑法典》第 71 條第 1 款及第 2 款之規定，不存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定的“適用法律”之瑕疵。
17. 綜上所述，應駁回上訴。

駐本院助理檢察長對上訴人提出了法律意見書：

一、概述

本案嫌犯 A (以下稱為上訴人) 不服初級法院 2025 年 1 月 10 日的合議庭判決，並向中級法院提起上訴。

本案中，初級法院刑事法庭宣告上訴人以直接正犯和既遂形式觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款規定及處罰的一項“醉酒駕駛罪”，判處三個月徒刑，得以 90 日罰金代替，日額為澳門幣 120 元，即合共罰金澳門幣 10,800 元，同時判處上訴人禁止駕駛為期一年六個月的附加刑。

(一)、關於上訴人提出的上訴

在其上訴理由陳述中，上訴人指對其判處的醉酒駕駛罪的附加刑量刑過重，因綜合考慮所有因素，應對上訴人判處禁止駕駛為期不超過一年一個月的附加刑處罰，或應考慮將本案判處的一年六個月禁止駕駛附加刑與初級法院第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判處的五個月禁止駕駛作競合處罰，合共判處禁止駕駛一年一個月的附加刑處罰。

(二)、檢察院對上訴的答覆

檢察院對上訴提出答覆，指原審法庭經審議所有已證事實及案件情節，

充分考慮對上訴人有利及不利的情況，依照犯罪的一般預防和特別預防要求作出適度及適當的量刑；原審判決亦清楚說明量刑的依據及具體情節，原審判決判處上訴人禁止駕駛為期一年六個月的附加刑未見沾有量刑不當的適用法律瑕疵；同時，上訴人所指的判處其禁止駕駛五個月附加刑的初級法院第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案於 2023 年 4 月 28 日轉為確定，並於 2023 年 9 月 28 日執行完畢，故此，案中不存在可按《刑法典》第 72 條規定合併處罰的前提，為此，上訴人的上訴理由不成立。

二、分析意見

就上訴人提出的上訴理由，檢察院將依邏輯對案件事實和法律問題作相應分析和發表意見。

(一)、關於禁止駕駛附加刑量刑過重的問題

上訴人認為，被上訴的合議庭裁判對其適用禁止駕駛一年六個月附加刑量刑過當，沒有考慮案中對上訴人有利的情節，包括上訴人真誠的悔意、其社會及家庭背景狀況、其對被控事實作出完全及毫無保留的自認以協助法庭發現事實真相，以及上訴人甚至出售物業向被害人作出損害賠償等具體情況，惟被上訴判決仍對上訴人作出嚴厲的附加刑判罰，為此，上訴人認為，原審法院在適用《道路交通法》第 90 條第 1 款時，違反《刑法典》第 65 條的規定並作出過重的量刑，就此，上訴人請求改判對其不超過一年一個月的禁止駕駛附加刑處罰。

根據《道路交通法》第 90 條第 1 款的規定，醉酒駕駛罪的刑幅為最高一年徒刑及禁止駕駛一年至三年的附加刑。

正如檢察官閣下在對上訴的答覆中指出，指原審法庭在量刑時已全面衡量包括上訴人所提出的有利及不利情節並清楚指出量刑依據，其中，考慮到醉酒駕駛犯罪在澳門時有發生而有必要予以打擊，儘管上訴人已對被害人作出賠償、被害人對過失嚴重傷害罪撤訴，但是，考慮上訴人醉駕行為的犯罪故意程度甚高、其不遵守停車義務和過失致被害人重傷等嚴重情節，故此，原審合議庭依照《刑法典》第 40 條、第 45 條和第 65 條的規定，在特別預防和一般預防方面對上訴人的量刑作出適度及適當的量刑，為此，原審法庭判處上訴人以罰金代替的三個月徒刑並在法定刑幅的中間幅度判

處上訴人禁止駕駛一年六個月的附加刑，原審法庭判處的附加刑未見沾有量刑不當的適用法律瑕疵。

我們認為，在對不同法律意見表示充分尊重的前提下，無論是從一般預防或者特別預防而言，給予上訴人在附加刑再行作出量刑減輕的判決將極可能造成市民大眾對本澳法律制度失去信心的危險。

對於量刑的問題，本澳主流的司法見解認為，“只有當原審法院明顯違反法律或罪刑相適應原則時，上級法院才有介入原審法院的量刑空間”；同時，“只要不存在對法定限制規範——如刑罰幅度，或經驗法則的違反，也不存在獲確定的具體刑罰出現完全不適度的情況，作為以監督法律良好實施為主旨的上級法院就不應介入具體刑罰的確定”（參見中級法院第 1037/2018 號、第 791/2017 號以及第 669/2015 號刑事上訴案件的合議庭裁判；終審法院第 35/2011 號、第 17/2014 號以及第 26/2015 號刑事上訴案件的合議庭裁判）。

為此，原審法庭對上訴人的附加刑量刑適當，上訴人所謂對其量刑過重的上訴理由並不成立。

(二)、關於禁止駕駛附加刑可否作出法律競合的問題

在其上訴理由陳述中，上訴人指本案與第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案涉及同一交通事故個案，上訴人在該案因累犯“不遵守停車義務”被判處五個月禁止駕駛的附加刑處罰，現時，被上訴判決因同一交通事故的“醉酒駕駛罪”再行判處其一年六個月禁止駕駛的附加刑處罰，為此，面對兩項相同性質的禁止駕駛附加刑處罰，應按照第 160/2021 號終審法院統一司法見解，“對在犯罪競合或輕微違反競合的情況下所科處的多項《道路交通法》所規定的禁止駕駛機動車輛的附加刑應進行法律併合”，為此，上訴人請求將被上訴判決判處的禁止駕駛附加刑處罰與第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判處的禁止駕駛附加刑按《刑法典》第 71 條作法律競合，合共判處禁止駕駛不超過一年一個月的附加刑處罰。

我們認為，《道路交通法》第 90 條第 1 款規定的醉酒駕駛罪引致的禁止駕駛附加刑和《道路交通法》第 99 條第 2 款訂定的不遵守停車義務引致的禁止駕駛是兩種不同違法行為引致的法律後果，二者本質不同且應各自

獨立適用，在符合《刑法典》第 71 條或第 72 條規定的前提下，因不同違法行為被判處的禁止駕駛刑罰可以進行法律競合。

關於犯罪競合的處罰規則，《刑法典》第 71 條及第 72 條規定如下：

第七十一條

(犯罪競合之處罰規則)

一、如實施數犯罪，且該等犯罪係於其中任一犯罪之判刑確定前實施者，僅判處一刑罰；在量刑時，應一併考慮行為人所作之事實及其人格。

二、可科處之刑罰之最高限度為具體科處於各罪之刑罰之總和。如為徒刑，不得超逾三十年；如為罰金，不得超逾六百日。可科處之刑罰之最低限度則為具體科處於各罪之刑罰中最重者。

三、如具體科處於競合之犯罪之刑罰中某些為徒刑，某些為罰金，則依據以上兩款所定之標準僅科處徒刑，在此情況下，須將罰金轉換為徒刑，時間為原來罰金時間之三分之二。

四、即使在各適用之法律中，僅有一法律有科處附加刑及保安處分之規定，仍須對行為人科處附加刑及保安處分。

第七十二條

(犯罪競合之嗣後知悉)

一、如在判刑確定後，但在有關之刑罰服完前，或在刑罰之時效完成或刑罰消滅前，證明行為人在判刑前曾實施另一犯罪或數罪，則適用上條之規則。

二、上款之規定，亦適用於各犯罪已分別被確定判刑之情況。

三、前判決所科處之附加刑及保安處分須予以維持，但基於新裁判而顯示無此需要者，不在此限。如附加刑及保安處分僅可科處於尚未審議之犯罪，則僅在考慮前裁判後，仍認為有需要科處附加刑及保安處分者，方作出科處之命令。

回到本案，正如助理檢察長 閣下明確指出，按照《道路交通法》第 143 條第 1 款的規定，初級法院第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判決的五個月禁止駕駛刑罰於 2023 年 4 月 28 日轉為確定且於 2023 年 9 月 28 日執行完

畢 (參見卷宗第 550 至 554 背頁內容)，其後，原審法院於 2025 年 1 月 10 日作出判決，故此，案中不存在可按《刑法典》第 71 條和第 72 條規定對兩項禁止駕駛處罰作出合併處罰的前提。

為此，上訴人所謂應將本案判處的禁止駕駛附加刑處罰與第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判處的禁止駕駛處罰進行法律競合的上訴理由不成立。

三、意見書結論

綜合而言，上訴人指被上訴裁判量刑過重和違反競合處罰規則的上訴理由均不成立，應依法駁回上訴。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

在本案中原審法院經庭審辯論後，查明了以下事實：

1. 2023 年 1 月 26 日晚上，嫌犯 A 在澳門 XX 酒店“XX”餐廳用膳期間，飲用了含酒精成份的飲料。
2. 同日 (2023 年 1 月 26 日) 晚上約 10 時 08 分，嫌犯在受酒精影響下駕駛輕型汽車 MS-XX-X9 沿氹仔柯維納馬路右車道行駛，方向由運動場圓形地往盧伯德圓形地，並準備右轉進入廣東大馬路。
3. 當駛至柯維納馬路近第 738C16 號燈柱對出的交匯處時，嫌犯沒有遵守設於該處的“STOP”強制停車信號而駛出該交匯處，因而使由被害人 B 駕駛、沿柯維納馬路右車道由盧伯德圓形地往沙維斯街方向行駛的重型電單車 MN-XX-X5 發生碰撞，導致被害人連人帶車倒地受傷，MN-XX-X5 車身多處損毀。
4. 上述碰撞直接及必然地導致被害人的雙僂骨遠端骨折，左尺骨莖突骨折，左手舟骨骨折，右膝前交叉韌帶、外側副韌帶及右髕骨內外側支持帶損傷，其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)

所致，共需 12 個月康復，被害人亦或將多需 30 日作手術取出其內固定，對被害人身體的完整性造成嚴重傷害，使其長期患病，而被害人將留有左腕活動受限的後遺症（為着一切法律效力，卷宗第 91 及 119 頁的臨床法醫學鑑定書的內容在此視作完全轉錄）。

5. 同日（2023 年 1 月 26 日）晚上 11 時 10 分，嫌犯在仁伯爵綜合醫院進行血液酒精測試，結果為每公升血液中酒精含量 1.63 克（見卷宗第 9 頁）。
6. 嫌犯在自由及有意識的情況下，明知交匯處設有“STOP”強制停車信號，有義務停車，以便其他車輛能在無需變速或轉向的情況下通過，但嫌犯並無這樣做，且醉酒或受酒精影響下駕駛，導致上述事故發生，其過失對被害人的身體完整性造成嚴重傷害。
7. 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下作出上述行為，明知受酒精影響下駕駛，且每公升血液中酒精含量超過 1.2 克。
8. 嫌犯清楚知道其行為違法，會受法律處罰。

同時，亦證明下列事實：

- 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。
- 嫌犯自願承認被指控的犯罪事實。
- 嫌犯的個人及家庭狀況如下：
- 嫌犯為自僱人士，月入平均澳門幣 30,000 元。
- 需供養父母、妻子及一名未成年女兒。
- 學歷為碩士。

未獲證明之事實：

- 載於答辯狀內與已證事實不符的其他事實。

三、法律部份

上訴人 A 在其上訴理由中，認為：

- 被上訴的合議庭裁判沒有考慮案中對上訴人有利的情節，包括上訴人真誠的悔意、其社會及家庭背景狀況、其對被控事實作出完全及毫無保留的自認以協助法庭發現事實真相，以及上訴人甚至出售物業向被害人作出損害賠償等具體情況，惟原審法院仍對上訴人作出嚴厲的附加刑判罰，故在適用《道路交通法》第 90 條第 1 款時作出過重的量刑，違反了《刑法典》第 65 條的規定，請求改判對其不超過一年一個月的禁止駕駛附加刑處罰。
- 本案與第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案涉及同一交通事故個案，上訴人在該案因累犯“不遵守停車義務”被判處五個月禁止駕駛的附加刑處罰，現時，被上訴判決因同一交通事故的“醉酒駕駛罪”再行判處其一年六個月禁止駕駛的附加刑處罰，為此，面對兩項相同性質的禁止駕駛附加刑處罰，應按照第 160/2021 號終審法院統一司法見解，“對在犯罪競合或輕微違反競合的情況下所科處的多項《道路交通法》所規定的禁止駕駛機動車輛的附加刑應進行法律併合”，請求將被上訴判決判處的禁止駕駛附加刑處罰與第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判處的禁止駕駛附加刑按《刑法典》第 71 條作法律競合，合共判處禁止駕駛不超過一年一個月的附加刑處罰。

我們看看。

(一) 附加刑過重的審查

上訴人首先所質疑的是原審法院所適用的依照《道路交通法》第 90 條第 1 款規定的醉酒駕駛罪的禁止駕駛的附加刑過重。

《道路交通法》第 90 條(醉酒駕駛或受麻醉品或精神科物質影響下駕駛)規定：

“一、任何人在公共道路上駕駛車輛而其每公升血液中的酒精含量等於或超過 1.2 克，如其他法律規定無訂定較重處罰，則科處最高一年徒刑及禁止駕駛一年至三年。

二、任何人受麻醉品或精神科物質的影響下在公共道路上駕駛車輛而其服食行為依法構成犯罪者，亦科處上款所定的刑罰。

三、過失者，亦予處罰。”

附加刑，尤其是像禁止駕駛這個附加刑的設立出現於刑罰的效果與刑法一般原則的矛盾體中。

我們知道，《刑法典》第六十條作出了刑罰的效果的一般原則的規定：

“一、任何刑罰均不具有喪失民事權利、職業權利或政治權利之必然效力。

二、對於某些犯罪，法律得規定禁止行使某些權利或從事某些職業。”

而為此條文第 2 款的目的，《道路交通法》第九十四條以限定性的方式規定了因犯罪而被禁止駕駛的“後果”：

“因下列犯罪而被判刑者，按犯罪的嚴重性，科處禁止駕駛兩個月至三年，但法律另有規定除外：

- (一) 駕駛時實施的任何犯罪；
- (二) 第八十九條所指的逃避責任；
- (三) 偽造、移走或掩蔽車輛識別資料；
- (四) 偽造駕駛執照、其替代文件或等同文件；
- (五) 盜竊或搶劫車輛；
- (六) 竊用車輛；

(七) 任何故意犯罪，只要繼續持有駕駛執照可為其持有人提供特別有利於再犯罪的機會或條件。”

從上述的法律條文可以看到，雖然，附加刑具有非自動的刑罰效力的特點，它不當然因刑罰的判處而產生其效力 (*efeitos da pena*，*《刑法典》* 第 60 條第一款)，*《刑法典》* 第 60 條第 2 款的規定也僅僅是特定罪行的後果 (*efeito do crime*)，甚至，在比較法領域，葡萄牙最高司法法院於 1992 年 4 月 29 日確定了禁止駕駛為一種保安措施的性質的統一司法見解³，而《道路交通法》第 90 條，基於立法技術的安排，直接將禁止駕駛規定為與

³ 公佈於 1992 年 7 月 10 日的《共和國日報》，第 I-A 組，第 157 號。

主刑(徒刑)並列的刑罰，⁴ 但是，無論理論上的理解抑或司法見解如何莫衷一是，我們的刑法始終採納不單在特別法(如《道路交通法》)中規定，在一般的刑法也規定這項附加刑屬於真正的刑罰⁵，一種與行為人的犯罪事實以及罪過不可分，並必須在具體個案中，始終在遵守司法保留原則、與罪過程度相一致原則以及適度原則之下，予以決定附加刑的判處。

當然，這也同樣適用於在判處輕微違反的情況下所判處的附加刑。因為，根據《道路交通法》第 83 條第 1 款的規定，因公共道路交通事故或觸犯《道路交通法》的行為而產生的民事、刑事或輕微違反責任，“由一般法”及該法律的特別規定予以規範。

那麼，在此前提下，一方面，判處附加刑屬於法官的權力和義務，正如《刑法典》第 40 條及第 65 條所確立了量刑的標準那樣，不但賦予法院在法定刑幅內的司法自由決定權，也強制法院在確定具體刑罰的時候，必須在法律所定的限度內為之，並按照行為人的罪過及預防犯罪的要求，充分考慮所有對行為人有利或不利的情節。另一方面，對於在這種情況下所選判的刑罰，上訴法院的介入也僅僅限於原審法院的量刑存在明顯罪刑不相一致以及刑罰不合適的情況。

但是，基於本合議庭對下一個問題的決定，就原審法院的附加刑的判處是否過重的問題，等下一個問題的決定之後再作分析。

我們先分析第二個問題。

(二) 附加刑的並罰

正如上文所述，根據《道路交通法》第 83 條第 1 款的規定，因公共道路交通事故或觸犯《道路交通法》的行為而產生的民事、刑事或輕微違反責任，“由一般法”及該法律的特別規定予以規範，無論由犯罪還是由輕微違反所產生的禁止駕駛，均可以按照第 160/2021 號終審法院所確定的“對在犯罪競合或輕微違反競合的情況下所科處的多項《道路交通法》所

⁴ 迪亞斯教授在其《Código Penal Português (parte geral II), As Consequências Jurídicas do Crime》，1994，第 181 頁，介紹了巴西刑法典已經將臨時剝奪權利刑為主刑和獨立刑罰。

⁵ 迪亞斯教授上引著作第 181 頁。

規定的禁止駕駛機動車輛的附加刑應進行法律併合”的統一司法見解作出決定。

但是，這仍然需要遵守兩個案件所判處的附加刑符合“並罰”的條件。

按照《道路交通法》第 143 條第 1 款的規定，初級法院第 CR5-23-0050-PCT 輕微違反案判決的五個月禁止駕駛刑罰於 2023 年 4 月 28 日轉為確定且於 2023 年 9 月 28 日執行完畢（參見卷宗第 550 至 554 背頁內容），其後，原審法院於 2025 年 1 月 10 日作出判決，故此，案中不存在可按《刑法典》第 71 條和第 72 條規定對兩項禁止駕駛處罰作出合併處罰的前提。

根據卷宗資料所載（第 550 頁的證明書），上訴人因酒後駕駛並不遵守停車義務的行為，分別於初級法院的第 CR5-23-0050-PCT 號的輕微違反案件中受審其不遵守停車義務的輕微違反行為（已繳納罰款，在此案中，被判處五個月的禁止駕駛。該判決於 2023 年 4 月 27 日生效）以及在本案中受審其醉酒駕駛行為。

我們先不論兩個案件的分開始審理是否合適，單就前案的附加刑的判決已經生效並執行完畢（根據《道路交通法》第 143 條第 1 款的規定），無論根據《刑法典》第 71 條還是第 72 條的規定，本案都不存在就兩個案件的附加刑的判決進行並罰的前提條件（所判刑罰尚未執行完畢）。

我們接著看看原審法院的附加刑是否過重的問題。

在本案中，我們可以看到，原審法庭在量刑時已依照《刑法典》第 40 條、第 45 條和第 65 條的規定，全面衡量包括上訴人所提出的有利及不利情節並清楚指出量刑依據，其中，考慮到醉酒駕駛犯罪在澳門時有發生而有必要予以打擊，儘管上訴人已對被害人作出賠償、被害人對過失嚴重傷害罪撤訴，但是，考慮上訴人醉駕行為的犯罪故意程度甚高，結合對特別預防和一般預防方面的考慮，判處上訴人以罰金代替的三個月徒刑並在法定的一年至三年禁止駕駛的幅度之間，判處上訴人禁止駕駛一年六個月的附加刑。

我們認為，考慮到上訴人在作出本案的行為時是初犯，並且已經在輕微違反案件中執行完畢了禁駕的附加刑，多少也從中得到應有的教訓，這項附加刑的期間可以適當予以減輕。

那麼，根據所涉及的兩個禁止駕駛的附加刑乃源於行為人的同一駕駛行為的情節，在本案中，確定一個一年兩個月的禁止駕駛已經足夠。

上訴人的上訴理由部分成立，作出改判。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由部分成立，作出符合上述決定的改判。

判處上訴人繳付 3 個計算單位的司法費以及本程序訴訟費用的 1/2。

澳門特別行政區，2025 年 4 月 30 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

譚曉華 (第一助審法官)

周艷平 (第二助審法官)